



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

AÇÃO NA JUSTIÇA

Falta de medicamento

A promotora da Justiça, **Euza Missano**, responsável pela Promotoria dos Direitos à Saúde, entra hoje com uma ação civil pública contra o Estado, diante das constantes faltas de medicamentos no Centro de Atenção à Saúde de Sergipe (Case). A decisão foi tomada, ontem, depois de uma audiência no **Ministério Público Estadual (MPE)** para discutir, justamente, a falta de remédios. Um fato chamou a atenção da promotora: a ausência da coordenação do Case, apesar das presenças do assessor jurídico da Secretaria de Estado da Saúde (SES), Max Carvalho Amaral, e da farmacêutica, Eila Fonseca Ferreira.

Euza Missano explicou que entrará com a ação em virtude das reclamações dos usuários, que são prejudicados pela falta de remédios. “Por semana, recebemos oito reclamações”, frisou. E uma destas pessoas é Manoel Leôncio dos Reis Cruz, cujo filho, Jonathas Santos Reis, 14 anos, portador de diabetes, não tem recebido do Case a insulina Detemir (Levemir) e a Novorrápide, que consome desde os dois anos e meio de idade. Para que o filho não se prejudique ainda mais, Manoel Leôncio adquire a insulina, cuja unidade custa entre R\$ 70 a R\$ 78. “Ele consome duas ampolas por semana”, disse o pai, quase chorando diante da situação do filho e da inércia do Estado. Ao procurar o Case, foi informado pela própria instituição que o laboratório deixou de fabricar o produto, o que contradiz a informação do fabricante, pois para que seu filho não ficasse sem a insulina, Manoel Leôncio relatou à promotora Euza Missano que entrou em contato com o laboratório que o informou que “nunca deixou de fabricar o medicamento,

por isso não entende a razão do desabastecimento em Sergipe”.

“Tenho sofrido horrores para adquirir a insulina do meu filho, onerando substancialmente o orçamento da minha família, até porque sou acidentado do trabalho e venho com muito sacrifício pessoal e da minha família comprando o medicamento nas farmácias de Aracaju”, declarou Manoel Leôncio.

Outro caso

O advogado da SES, Max Carvalho, disse que os laboratórios já foram punidos pelo Governo por não cumprirem os prazos de entrega dos medicamentos. Sobre os problemas de desabastecimento, ele disse “as pendências financeiras do Estado com os fornecedores foram quitadas ou parceladas em acordos firmados em janeiro de 2013. Que existem, de fato, alguns medicamentos que não constam na farmácia excepcional do Case, todavia, informa que 90% da rede está abastecida, sendo investido em 2012, R\$ 27 milhões, sendo que deste total, R\$ 9 milhões são gastos com medicamentos não cobertos pelo protocolo, autorizados administrativamente por ordem judicial.

Outro problema, é o de Estela Maria Távora Chagas, ao informar que o marido faz uso da insulina Lantus há quatro meses, “mas ele nunca conseguiu receber o medicamento pelo Case. Apresentamos a documentação pertinente, mas fui informada pela instituição que ele não atende os requisitos para concessão do medicamento, devido a uma discrepância entre a indicação médica e o relatório do médico perito responsável”, explicou.

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUINTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 2013